



5º Encontro Internacional de Política Social
12º Encontro Nacional de Política Social
Tema: "Restauração conservadora e novas resistências"
Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

Eixo: Política Social e estratégias de desenvolvimento.

O processo de rotação do capital e a intervenção do Estado: apontamentos a partir da atuação do BNDES

Mossicléia Mendes da Silva¹

Resumo: O presente trabalho propõe uma breve reflexão acerca do movimento do capital em seu ciclo de rotação e a importância do crédito público nesse processo. Desta maneira, o objetivo do ensaio ora apresentado é discutir sobre o processo de rotação do capital e a importância da intervenção do Estado pela via do crédito público, tomando como objeto de análise a atuação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), considerando o período de referência o segundo governo do presidente Lula. Trata-se de uma revisão bibliográfica com pesquisa documental.

Palavras-chave: Rotação do capital; Estado; BNDES.

The process of capital rotation and state intervention: notes from the BNDES

Abstrac: This paper proposes a brief reflection on the movement of capital in its rotation cycle and the importance of public credit in this process. In this way, the objective of the present study is to discuss the capital rotation process and the importance of state intervention through public credit, taking as object of analysis the performance of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) Considering the period of reference the second government of President Lula. This is a bibliographical review with documentary research.

Keywords: Capital turnover; State; BNDES.

INTRODUÇÃO

O quadro contemporâneo reitera as análises de importantes autores da tradição marxista acerca da imprescindibilidade do Estado na garantia das condições gerais para a reprodução do modo de produção capitalista. Isto coloca a necessidade de nos remeter à discussão a respeito da rotação do capital e de retomarmos o debate acerca da importância do Estado no quadro geral do capital

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é discutir sobre o processo de rotação do capital e a importância da intervenção do Estado pela via do crédito público, tomando como objeto de análise a atuação do Banco Nacional do Desenvolvimento

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. E-mail: <mossi_c@yahoo.com.br>

Econômico e Social (BNDES), considerando o período de referência o segundo governo do presidente Lula,

A discussão está estruturada em duas partes. Na primeira, fazemos uma breve incursão sobre a análise marxiana relativa ao processo de rotação do capital a partir de *O Capital*, Livro II. Na outra parte retomamos alguns aspectos que dizem respeito a intervenção do Estado na dinâmica do capitalismo no Brasil, enfocando a atuação do BNDES.

1. A rotação do capital: notas a partir da análise marxiana.

O giro global que o capital realiza – circulação-produção-circulação – exige mudanças de formas – de capital monetário para capital produtivo e para capital-mercadoria – que ocorrem sucessiva e simultaneamente durante todo o processo. Marx (1985) coloca da seguinte forma:

Como um todo, o capital se encontra, então, ao mesmo tempo, espacialmente justaposto, em suas diferentes fases. Mas cada parte passa constantemente, pela ordem, de uma fase, de uma forma funcional para outra, funcionando assim, sucessivamente, em todas. As formas são, portanto, formas fluidas, cuja simultaneidade é mediada por sua sucessão. Cada forma segue a outra e a precede, de modo que o retorno de uma parte do capital a uma forma é condicionado pelo retorno da outras a outra forma. Cada parte descreve continuamente seu próprio giro, mas é sempre outra parte do capital que se encontra nessa forma, e esses giros particulares constituem apenas momentos simultâneos e sucessivos do giro global (p. 78).

O processo global que o capital realiza compreende, portanto, os três ciclos: do capital monetário, do capital produtivo e do capital-mercadoria ou processo de circulação e processo de produção. Se cada um detém suas particularidades em seus próprios processos, eles não deixam de compor uma totalidade complexa que articula o movimento total de rotação do capital. Nos termos de Marx (1985, p. 75): “O processo global se apresenta como unidade do processo de produção e processo de circulação; o processo de produção torna-se mediador do processo de circulação e vice-versa”.

Como o objetivo fundante deste modo de produção é a valorização do valor, cada um dos ciclos terá isto como motivo propulsor, e abalos em algum destes ciclos implica em dificuldades na rotação do capital podendo gerar crises.

O capital passa por diferentes estágios no processo de rotação total. Utilizando o recurso de abstração, tal como Marx, consideremos o seguinte processo, colocando em

suspensão possíveis intercorrências e particularidades. O giro global do capital compreende duas fases que pertencem à esfera da circulação e uma à esfera da produção, onde o valor assume formas variadas. “As duas formas que o valor-capital adota dentro de suas fases de circulação são as de capital monetário e capital mercadoria; sua forma correspondente à fase de produção é a de capital produtivo” (MARX, 1985, p. 41).

Pensando do ponto de vista da reprodução ampliada, a mais-valia, ao invés de ser canalizada totalmente para o consumo individual do capitalista, gasta como rendimento ou para seu entesouramento, tem parte considerável reinvestida no processo produtivo, portanto, capitalizada. Marx (1985) esclarece que, se em primeiro lugar a produção capitalista é determinada pela valorização do valor-capital adiantado, em segundo lugar, e também como condição indispensável para a continuidade do sistema como um todo, é indispensável a produção de capital, isto é, a transformação da mais-valia em capital.

A acumulação ou produção em escala ampliada, que aparece como meio de produção sempre mais extensa de mais-valia, portanto, de enriquecimento do capitalista, como finalidade pessoal deste, estando incluída na tendência geral da produção capitalista, torna-se, porém, depois, como foi mostrado no volume I, mediante seu desenvolvimento, uma necessidade para todo capitalista individual. O aumento constante de seu capital torna-se condição para a conservação do mesmo (*IDEM*, p. 59).

Neste caso, da reprodução ampliada ou acumulação, a cada novo ciclo o valor-capital é acrescido, pois ainda que parte da mais-valia vá para o consumo individual do capitalista, grande parte é capitalizada, permitindo o aumento do potencial produtivo do novo ciclo de produção. O autor esclarece que pode ser necessário um período muito longo para que ocorra acumulação efetiva, ampliação da produção.

Conforme sinalizamos, o giro global do capital implica seu movimento contínuo e sua mudança de forma. Nos dizeres de Marx (1985, p. 115), a rotação do capital é “o ciclo do capital definido não como ato isolado, mas como processo periódico”.

Se a rotação do capital é definida como processo periódico, certamente o tempo de rotação do capital é de larga importância para a reprodução do capital e, por isso, requer que a precisemos:

a duração dessa rotação é determinada pela soma de seu tempo de produção e de seu tempo de circulação. Essa soma de tempos constitui o tempo de rotação do capital. Ela mede, portanto, o intervalo entre um período de circulação do valor-capital total e o seguinte, a periodicidade no processo de vida do capital, ou, se se quiser, o tempo da renovação, da repetição do processo de valorização, respectivamente da produção do mesmo valor-capital (*IDEM*, p. 115).

O período de trabalho e período de produção são diferentes. Se o tempo de trabalho está sempre compreendido no tempo de produção, o contrário não acontece, assim como demonstra o autor de *O Capital*.

O tempo de trabalho é sempre tempo de produção, isto é, tempo durante o qual o capital está confinado à esfera da produção. Mas, inversamente, nem por isso todo tempo durante o qual o capital se encontra no processo de produção é necessariamente tempo de trabalho (MARX, 1985, p. 179).

O período de trabalho de que Marx trata aqui é diferente da categoria jornada de trabalho. Esta diz respeito a extensão do tempo de trabalho que o trabalhador despense em um dia de trabalho. O período de trabalho, por sua vez, compreende “o número de jornadas de trabalho conexas que, em determinado ramo de negócios, é exigido para fornecer um produto acabado” (IDEM, p. 172).

O tempo de produção abarca o tempo de trabalho e outros tempos que sejam necessários para finalizar uma dada mercadoria que não depende da intervenção da força de trabalho. Este tempo extra independe da duração do processo de trabalho, uma vez que,

condicionado pela natureza do produto e por sua própria fabricação, durante a qual o objeto de trabalho está sujeito a processos naturais de duração mais curta ou mais longa, tendo de passar por alterações físicas, químicas, fisiológicas, nas quais o processo de trabalho está total ou parcialmente suspenso (MARX, 1985, p. 179).

O tempo de rotação do capital é de suma importância para consecução do objetivo de valorização e reprodução ampliada do capital. Isto por que, entre outras coisas, a depender do tempo necessário para o capital realizar todo o seu processo de rotação, volumes maiores de capital a serem adiantados serão necessárias.

Assim, como o tempo de produção demanda certo volume de capital, também o tempo de circulação o requer. De acordo com Behring (2012), o essencial na análise marxiana sobre a rotação do capital é que há sempre capital em rotação na produção e na circulação. Como o tempo total de rotação do capital inclui tempo de produção e tempo de circulação, é imprescindível para o processo de acumulação que o capital não fique retido em nenhuma das esferas, mas que ele circule no menor tempo possível. Como já fizemos indicações sobre o tempo de produção, tomemos o tempo de circulação.

O tempo de circulação ou de giro constitui todo o período em que o capital permanece na esfera da circulação. Nesta esfera o capital assume a forma de capital-mercadoria e capital monetário e envolvem dois processos, os quais “consistem em se

transformar da forma-mercadoria em forma-dinheiro e da forma-dinheiro em forma-mercadoria” (MARX, 1985, p. 91). Quanto maior for o tempo de circulação, tanto maior será o tempo de produção, isto por que durante o período em que o capital encontra-se na esfera da circulação não funciona como capital produtivo e, em função disso, não pode produzir mercadoria e mais-valia (*IDEM*).

Até aqui procuramos assinalar questões de ordem teórica para compreender o processo de rotação do capital. Pautado na análise marxiana, procuramos manter o seu recurso à abstração. Certamente, a análise da realidade concreta que caracteriza o processo de rotação do capital na atualidade requer a apreensão de inúmeras determinações que incidem sobre tal processo no capitalismo mundializado. A importância que o financiamento público adota atualmente, principalmente através do crédito, é uma dessas determinações.

A intenção agora é de tentar uma aproximação à dinâmica do capitalismo no Brasil, tomando como suporte a análise marxiana acerca da rotação do capital, procurando fazer uma mediação destas análises com uma situação histórica concreta particular. A pauta de reflexão parte do entendimento de que o capital se reproduz em escala ampliada e seu processo de rotação demanda os mesmos ciclos apontados por Marx – circulação-produção-circulação –, mas a inerente propensão à crises que o próprio sistema constitui assume, na atualidade, patamares cada vez mais alarmantes.

O capitalismo contemporâneo encontra cada vez mais dificuldades para realização do valor e para se reproduzir auferindo altas taxas de lucros. Se o período de monopolização e imperialismo clássico permitiu sua larga expansão, o capitalismo tardio traz a cerne a exponenciação de suas contradições.

Mandel constata que o capitalismo tardio comporta uma fase de expansão (nos anos pós-1945) e o seu esgotamento a partir dos anos 1960 – cujo ápice veio à cume com a crise de 1973 – iniciando um longo período de estagnação. Tal estagnação se arrasta até os dias atuais. Mesmo que em pequenos períodos ao longo desse tempo o capitalismo mundial tenha tido aumentos nas taxas de lucro, eles não chegam a demarcar uma nova “onda longa expansionista” e a eclosão de graves crises se manifesta em intervalos cada vez menores, mas cujas proporções são sempre maiores, como é o caso da crise que eclodiu em 2008 e se não dá sinais de que será superada tão cedo.

No Brasil a crise de 2008, inicialmente, foi encarada pelo governo como passageira e praticamente insignificante para a economia do país.² Os propalados discursos de que a crise não afetaria o Brasil não impediram que o governo, de modo “preventivo”, adotasse importantes medidas para conter quaisquer possibilidades de que a crise não afetasse a “saúde” do mercado financeiro e a continuidade do nível de crescimento produtivo do país. Tais medidas se deram na seguinte direção: liberalização de mais recursos ao sistema bancário, flexibilizando as exigências de depósitos compulsórios das instituições financeiras; redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); leilões com dólar e linha de troca de moedas com o Federal Reserve (FED), totalizando, até 2009, o volume de recursos dependidos de R\$ 475 bilhões (SALVADOR, 2010).

Na próxima seção, desenvolveremos breves reflexões sobre a importância do Estado como suporte fundamental no sentido de assegurar condições indispensáveis para que o processo de rotação do capital se realize sem abalos, para o que tomaremos como objeto de discussão a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2. A importância do crédito público para continuidade do processo de rotação do capital: notas a partir da atuação do BNDES

No primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2007), conforme demonstra Netto (2010), houve perfeita continuidade à orientação macroeconômica do governo FHC. Paulani (2010) chega a afirmar que o governo Lula, abraçou de modo antes inimaginável, o receituário ortodoxo de política econômica, adotando medidas duras, tais como: elevação do superávit primário, além do exigido pelo FMI; demasiado aumento da então já elevadíssima taxa básica de juros; brutal corte de liquidez (pelo aumento do compulsório dos bancos).

É a partir do segundo mandato do presidente Lula que se pode perceber uma pequena mudança no direcionamento político-governamental, que, sem romper com a orientação macroeconômica, incrementa determinadas medidas, que *a priori* não compõem o rol da doutrina ortodoxa neoliberal.

² Sobre isso é elucidativa a fala do presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva de que, no Brasil, a crise não passaria de uma “marolinha” (JORNAL O GLOBO, 2008). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>.

É nesse contexto, mais especificamente a partir da crise externa de 2008,³ que surge o debate sobre uma suposta ruptura com o neoliberalismo no Brasil (CASTELO, 2013). E é, também aí, que se introduz no governo petista diretrizes apontadas como “neodesenvolvimentistas”.

Nessa perspectiva ídeo-política e teórico-metodológica, o “neodesenvolvimentismo”⁴ é uma espécie de terceira via que congregaria crescimento econômico e “inclusão social”. Enquanto estratégia de governabilidade, assentado no seguinte tripé: Programas de incentivo estatal a oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos econômicos privados com apoio do BNDES); Programas de investimentos públicos em infra-estrutura – com ou sem parceria público-privada; e Programas estatais de transferência de renda (bolsas, salário-mínimo e formalização salarial) visando a valorização do mercado interno de consumo (ALVES, 2013).

Esta pequena incursão pela temática do chamado “neodesenvolvimentismo” é fundamental para introduzir a discussão acerca do BNDES. Conforme sinalizado, o governo Lula, sobretudo a partir do segundo mandato, parece congrega diferentes perspectivas de orientação político-econômica em um mesmo projeto de governo: um mais ortodoxo dentro do campo neoliberal, que inclui a política de macroestabilidade econômica e uma mais heterodoxa, que condensa a forte intervenção do Estado no sentido de dinamização econômica, o qual abarca grandes projetos de infraestrutura (do que são exemplos as ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) e investimento nas grandes empresas nacionais através do BNDES. É nesta direção, que Castelo (2013) coloca que os governos petistas congregam no aparelho do Estado uma tensão permanente entre frações de classes que estão representadas nas Instituições do Estado. Assim, o

³ A eclosão da crise do sistema financeiro internacional em 2008, cujo epicentro se encontrava nos Estados Unidos, começando pelo mercado imobiliário, atingindo bancos e as movimentações das Bolsas de Valores de todo o mundo, e que colocou o mundo capitalista, nos anos que seguem no cerne de uma “profunda turbulência” político-econômica, não são acontecimentos episódicos e eventuais. Na verdade, tais processos se inserem dentro da dinâmica cíclica das crises capitalistas. Apesar dos alardes midiáticos para demonstrar as suas causas, procurando identificar os eventos desencadeadores dos processos em tela, a crítica marxista tem demonstrado que se trata de uma crise estrutural, e possibilita a superação de uma visão estanque das crises. Meszáros (2002) aponta as características principais da crise em curso: seu caráter global e não setorial, seu alcance mundial, sua extensão temporal. Nos termos de Netto (2010), trata-se de uma crise sistêmica, “que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital” (p. 415).

⁴ O debate em torno do chamado “neodesenvolvimentismo” condensa uma série de contradições e vem sendo objeto de um importante debate que já conta com uma densa crítica marxista. Importantes aportes, em uma perspectiva crítica, enfatizam que essa “programática governamental” não assegura um novo patamar de desenvolvimento, mas tem sido funcional aos interesses das frações dominantes do capitalismo.

Ministério da Fazenda e o Banco Central expressariam a direção neoliberal, com primazia para o mercado financeiro e o BNDES condensaria um direcionamento “neodesenvolvimentista” com destaque para fortalecimento do capital industrial.⁵

Tomemos então, a atuação do BNDES na economia brasileira. Em primeiro lugar, é importante destacar que o BNDES tem papel significativo no aparelho estatal para intervenção na economia que já vem de longa data, sendo caracterizado como Banco de Desenvolvimento.

Segundo definição de integrantes do próprio corpo técnico do Banco, Ferraz, Além e Madeira (2013), Bancos de Desenvolvimento se caracterizam por serem instituições financeiras ou bancárias que são controladas pelo governo, dispendo de “um mandato de atuação em segmentos de mercado ou setores específicos que geram impactos socioeconômicos relevantes; ou um mandato amplo para prover financiamento ao desenvolvimento socioeconômico de determinada região” (p. 08).

É evidente que o conceito referido é carregado de uma dada perspectiva ideológica de “desenvolvimento”, cuja importância para legitimação de certas estratégias de intervenção do Estado na economia já foi amplamente problematizada. Mas, é necessário utilizá-la justamente para contextualizar a inserção do BNDES junto aos processos de desenvolvimento das forças produtivas no país.

Tal inserção data da década de 1950,⁶ primeiro como autarquia federal e com a denominação de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – o “S” seria acrescentado ao nome apenas nos anos 1980. Seu objetivo central, à época, era formular as principais estratégias de desenvolvimento econômico no âmbito da consolidação do chamado Modelo de Substituição de Importações e do pensamento nacional-desenvolvimentista no Brasil; e também prover os recursos de longo prazo necessários à execução de tais estratégias (DOMINGOS, 2012).

Nos governos Lula, o Banco passa a assumir uma rotação importante na sua atuação. É, sobretudo, no segundo mandato que o governo realiza algumas alterações que trazem elementos novos a política governamental, o que já indicamos antes. Mas, desde o primeiro mandato do Presidente Lula já se faziam sentir importantes mudanças em

⁵ É claro que na atual dinâmica do capital e dado o nível complexo de fusão entre capital bancário e industrial, por exemplo, não é possível definir uma cisão estanque entre as frações do capital. Muitos dos conglomerados empresariais abarcam ramos do mercado financeiro, bancário e industrial. Mas, isso não suplanta possíveis conflitos que se manifestam na disputa pelo fundo público no âmbito do Estado. E a definição aqui utilizada, baseada em Castelo (2013), nos parece ser eloquente para expressar o atual quadro.

⁶ Especificamente em 20 de junho de 1952.

relação ao BNDES, que contribuíram para a retomada do importante papel que o Banco tivera para o “desenvolvimento”.

A partir de 2003 o Banco aumentou consideravelmente sua atuação e assume, hoje, lugar de destaque entre as instituições que se denominam como de fomento ao desenvolvimento. De acordo com Tautz (*et al*, 2012), a instituição brasileira supera o desembolso anual de Instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o que comprova a sua centralidade “na conformação do capitalismo brasileiro” (p.08).

Entre 2003 e 2013 o BNDES quintuplicou os seus desembolsos. Durante todo esse período os desembolsos foram grandiosos, mas a elevação de seus investimentos a partir da crise de 2008 é expressiva (PINTO, 2012) Isto ajuda a elucidar o que indicamos antes sobre a necessidade ainda mais gritante da intervenção do Estado na dinâmica econômica em contextos de crise e a importância do crédito. A própria Instituição reconhece o seu papel anticíclico, conforme destaque a seguir:

As evidências mostram que o comportamento do sistema financeiro é pró-cíclico: em situações de crise, a oferta de crédito diminui mais do que se expande em fases de crescimento econômico. [...] Por isso, o crédito torna-se mais caro, escasso e concentrado nos momentos de maior instabilidade macroeconômica, exatamente quando mecanismos de refinanciamento e de apoio financeiro são mais necessários. Isso aprofunda a instabilidade e inviabiliza diversos projetos de investimento, configurando a situação de “fragilidade financeira”. Nesses casos, os bancos públicos de desenvolvimento assumem importante função anticíclica, fornecendo recursos para o financiamento dos projetos de investimento em um momento de estancamento do crédito privado (FERRAZ, ALÉM e MADEIRA, 2013, p.14-15).

Além do claro papel anticíclico, Domingos (2012) destaca que a tendência de atuação do BNDES é a sua participação no fortalecimento de grandes empresas nacionais, cujo capital seja predominantemente nacional, “que não possuem seu *core business* na esfera financeira, através da participação acionária nas mesmas”. (p. 53).

O Banco compõe o Sistema BNDES junto com três empresas subsidiárias integrais:⁷ a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), que visa “atender às demandas financeiras da indústria brasileira na produção, aquisição, importação e exportação de máquinas e equipamentos”; o BNDES Participações S.A (BNDESpa), a qual tem por objetivo “o apoio financeiro a empresas privadas, atendendo à critérios de eficiência econômica e às normas políticas do BNDES”; e a BNDES Limited, agência inaugurada em 2009, cuja sede fica na Inglaterra e integra a estratégia de adquirir

⁷ Considera-se aqui a constituição do Banco no período pesquisado.

“participações acionárias em empresas estrangeiras (a criação desta empresa integra o objetivo do Banco de se expandir para fora do Brasil)” (BNDES *apud*, DOMINGOS, 2012, p.56).

Conforme se verifica pela composição do Sistema BNDES, o seu âmbito de atuação é amplo e se insere em ponto estratégico fundamental para fortalecimento dos chamados “gigantes nacionais”. Tal empreendimento, no sentido de fortalecer a grande indústria brasileira através de processos de fusão e aquisição, tem sido ideologicamente justificado em nome de garantir a possibilidade de uma inserção mais competitiva do Brasil no mercado mundial.

Está muito presente na justificativa do governo para o privilegiamento de determinados setores e empresas nos financiamentos do BNDES o argumento da necessidade de criação de “campeãs nacionais”, de “empresas nacionais líderes, globais”, no setores em que somos mais competitivos. Residiria aí uma estratégia deliberada do Estado de retomar sua capacidade de indução, garantindo a “inserção competitiva” do país no contexto de globalização (TAUTZ, *et al*, 2012, p. 02).

É sob esse aparato ideológico que o BNDES tem investido em grandes empresas nacionais, financiando a expansão do capitalismo brasileiro. Isto por que, entre outras coisas, o atual contexto de economia transnacionalizada impõe que os grupos econômicos detenham um capital cada vez mais amplo, o que já ocorre desde o processo de concentração e centralização econômica com o fenômeno da monopolização do capital no contexto do imperialismo, face a mundialização da economia.

A mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. Esses grupos assumem formas cada vez mais concentradas e centralizadas do capital industrial e se encontram no centro da acumulação. As empresas industriais associam-se às instituições financeiras [...], que passam a comandar o conjunto da acumulação, configurando um modo específico de dominação social e política do capitalismo, com o suporte dos Estados nacionais (IAMAMOTO, 2007, p. 108).

Assim, a intervenção do Estado para garantir que a rotação do capital se processe sem percalços é indispensável nos diversos contextos particulares dos Estados nacionais.

O Banco tem como principais fontes de recursos os fundos de poupança compulsória (Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Fundo PIS-PASEP e o Fundo da Marinha Mercante), que são administrados por ele mesmo, os repasses e empréstimos do Tesouro Nacional, captação de recursos no exterior em bancos de fomento ao desenvolvimento como BID e Banco Mundial, emissões de debêntures por parte do

BNDESpar, depósitos interfinanceiros e operações compromissadas com o Banco do Brasil (venda de parte dos títulos de dívida pública integrantes da carteira do BNDES pelo Banco do Brasil).

Podemos indicar que o BNDES vem atuando em três linhas estratégicas: financiamento grandes projetos na indústria brasileira, através do crédito, o estímulo à formação de grandes grupos nacionais, por meio de fusões e aquisições, visando a internacionalização de tais empresas e o incentivo à reestruturação acionária, tornando-se acionário de várias empresas tidas como importantes para a economia brasileira.

Em relação ao financiamento, pela via do crédito, Pinto (2012), aponta que os setores que receberam maiores volumes de crédito foram petróleo e gás, energia, mineração, alimentos e bebidas, papel e celulose, Indústria Naval, Indústria automotiva, aeroportos, rodovias, poliduto (etanol),ferrovia, saneamento e indústria farmacêutica.⁸ Tais setores receberam em crédito o montante de US\$ 92,3 bi.

Conforme se observa, o volume de recursos empreendidos no financiamento via crédito de grandes grupos econômicos nacionais é grandioso e demonstra a envergadura e importância do Banco para a rotação e conseqüente reprodução do capital. Se tais setores demandaram volume tão ampliado de recursos para se manterem “vivas” no âmbito do capitalismo mundial, fica evidenciado a dificuldade cada vez mais latente do capital se reproduzir sem a intervenção do Estado, dado que um imenso volume de capitais ficam retidos tanto na esfera da produção como da circulação, demandando capital adicional ao adiantado no início do ciclo de rotação pelo capitalista individual.

A execução de processos de rotação do capital cujo volume é tão grande, nas condições periféricas do capitalismo brasileiro e “quando a concentração do capital já é muito significativa” (MARX,1985, p.175) é complexa. Mas, por outro lado, a disponibilidade do crédito “oferece ao capitalista o cômodo recurso de adiantar e, portanto, arriscar capital alheio em vez do capital próprio” (*IDEM*, p. 175).

Max indica uma pista importante. É evidente que “arriscar capital alheio em vez do próprio” é extremamente conveniente, sobretudo, para o empresariado brasileiro e em relação ao Estado, já que a classe dominante sempre soube interferir e usufruir muito bem

⁸ Nestes setores se destacam: Petrobrás, norte e energia S/A, Vale S/A, Refinaria Abreu e Lima S/A, Petrobras Netherlands B.V, Tim celular S/A, Telemar Norte Leste S/A, Santo Antonio Energia S/A, Transportadora Associada de gás S/A, Eletrobras Termonuclear S/A – Eletronuclear, Energia Sustentável do Brasil S/A, JBS S/A, Suzano Papel e Celulose S/A, Braskem S/A, Vivo S/A, Marfrig Alimentos S/A, Ambev , Eldorado Celulose e Papel LTDA, Petroquímica SUAPE, OSX Construção Naval S/A.

das vantagens estatais, do que destacamos o crédito. A particularidade de um Banco intitulado como de desenvolvimento, como o BNDES, é viabilizar tal crédito com condições e facilidades que não são oferecidas pelos bancos particulares, como baixas taxas de juros, longos prazos etc.

No que tange aos processos de fusões e aquisições o Banco também tem sido crucial. Segundo consta em reportagem do Jornal Estado de Minas (*apud* DOMINGOS, 2012, p.82), o “BNDES atuou diretamente, seja sentando nas mesas de negociação, seja fornecendo crédito, em 74 operações de fusões e aquisições entre 2007 e 2010”. Tais processos são mecanismos fundamentais para viabilizar a internacionalização das empresas, ao possibilitar uma grande concentração de capitais.

Dada a relevância da atuação do Banco nos referidos processos, fica posto que dificilmente as empresas beneficiadas realizassem tais façanhas sem o uso do crédito público. E com isso, “à medida que o crédito medeia, acelera e eleva a concentração de capital em uma mão, ele contribui para abreviar o período de trabalho e, com isso, o tempo de rotação” (MARX, 1985, p. 175).

Os principais processos de fusões e aquisições financiadas pelo BNDES no pós- crise 2008 foram: a aquisição da Bertim e americana Pilgrin’s pelo Grupo JBS, tornando-se a maior produtora de carne do mundo; a Votorantim Celulose adquiriu a Aracruz Celulose, resultando em uma das maiores produtoras de celulose, a Fibria; a fusão de Sadia com a Perdigão, tornando o grupo Brasil Foods o maior exportador mundial de frango; a fusão da Oi com a Telemar, e ainda a posterior aquisição pela Portugal Telecom do Grupo Oi/Telemar. (NETO, 2013; PINTO, 2012). Entre 2008 e 2010 o Banco liberou quase R\$16 bilhões para fusões e aquisições, conforme consta em reportagem da Folha de São Paulo (2010).

No que diz respeito a participação acionária do Banco em vários grupos econômicos temos que destacar que ele detém uma importante posição, contando, ano fim de 2013 com uma carteira de ações compreendendo 141 empresas, o que totalizou US\$ 33 bilhões.

Baseados nas análises de Domingos (2012), os grupos econômicos que estão inseridos na política de fortalecimento dos chamados “campeões nacionais” pelo Banco, através da presença acionária do BNDES nos mesmos, são eles: Rede Energia, ELETROBRAS, Inepar, Gerdau, Klabin, OI, ALL, CEMIG Vale, EMBRER, PETROBRAS, Odebrecht, TOTVS, Bematch, Metafrios, Indústrias Romi, Fíbria, JBS-

Fribio, Brasil Foods. Com exceção da Metalfrios e da Bematech (empresas de médio porte e de atuação em setores de alta base tecnológica).

A participação acionária do BNDES nas empresas permite mecanismos de financiamento para as mesmas, além de viabilizar operações de reestruturação acionária. A reestruturação acionária aparece como um dos principais eixos no campo da carteira de ações do BNDES para fortalecer os grupos econômicos em que detém ações. Isto por que, por esse mecanismo o Banco disponibiliza suas ações “em favor dos grupos controladores para a consolidação do controle total de empresas por estes grupos” (*IDEM*, p. 82).

Conforme se observa, tal estratégia torna-se fundamental no atual padrão de capitalismo mundializado em que as empresas concentram e centralizam um montante altíssimo de capital. Isto é, na medida em que o Banco compra ações em determinadas empresas e as disponibiliza em favor de empresas já detenham significativo poder “competitivo” no mercado para que estas tenham ainda maior envergadura de capital no ramo em que se inserem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BNDES teve larga importância na formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pela via do crédito público, e assume, atualmente, um papel fundamental no atual cenário brasileiro, no sentido de admitir um papel anticíclico, de financiador e dinamizador da expansão do capitalismo nos últimos governos.

É evidente que o Banco tem contribuído largamente com a garantia das condições gerais de reprodução do capitalismo no país, pautados na ideologia do “desenvolvimento” e da necessidade de possibilitar uma inserção mais competitiva dos chamados “gigantes nacionais” no circuito mundial do capital.

Não podemos deixar de frisar que tal processo, além de se realizar com recursos oriundos do fundo público, socializando com toda a população os custos de reprodução do capital, vem contribuindo largamente com aprofundamento da concentração de renda e oligopolização da economia, investindo em Conglomerados Econômicos que já detém grande parcela da riqueza socialmente produzida no país.

Ademais, a intervenção do Estado na economia pela via do crédito público, apesar de indispensável para continuidade do processo de rotação do capital, tem claros limites

que são intrínsecos à própria ordem capitalista. Assim, ainda que periodicamente a intervenção do BNDES venha conseguindo dinamizar o capitalismo no Brasil, sobretudo a fração do capital industrial, ela não pode suplantiar a crise estrutural em que se encontra este modo de produção à nível mundial.

É bem provável que este padrão de intervenção do BNDES comece a dar sinais de esgotamento. Reportagem da Folha de São Paulo (2015) afirma que o Banco precisará da quantia de R\$ 10 bilhões do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), o que cobriria apenas um terço do rombo do Banco, para fechar as contas esse ano. Para tanto, deverão alterar o regulamento do fundo, o que só é possível com aprovação do Conselho Curador do FGTS. Os representantes dos trabalhadores no Conselho – 3 apenas – são contrários ao repasse do recurso. Mas, é quase certo que tal repasse seja aprovado já que os demais componentes do Conselho são: 6 representantes do governo e 3 de empresários.

A recusa dos representantes dos trabalhadores ao repasse dos recursos é indicativa dos riscos que envolvem tal transação, uma vez que, em última análise, ela significa socialização dos custos de reprodução do capital para a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil. **Blog da Boitempo**, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Revista Em Pauta**, n. 31, 2013. p. 119-138.

DOMINGOS, Flávio José. **Conglomerados nacionais e Estado na constituição do capital financeiro no Brasil: uma análise à partir da carteira de ações do BNDES (2002-2010)**. 2012. 138 fl. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade federal da Bahia, Salvador, 2012.

FERRAZ, João Carlos; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de; MADEIRA, Rodrigo Ferreira. A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 5-42, dez. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **BNDES investiu em fusões e aquisições**. 08 ago. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0808201011.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cotez, 2007.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlos Eduardo S. Matos, Regis de C. Andrade e Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. **Anais...**, Serpa, 30-31 out./ 1 nov. 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p.109-136.

PINTO, José Roberto Lopes. **O BNDES e a expansão do capitalismo brasileiro**: corporações e setores privilegiados – Parte 1 . Disponível em: <<http://www.corecon-rj.org.br/documents/11827/13232/O+BNDES+e+a+expans%C3%A3o+do+capitalismo+brasileiro++corporac%C3%A7%C3%B5es+e+setores+privilegiados+%28Parte+1%29/f6c675e0-52b6-4087-a9ce-8d131a3edb29>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

SALVADOR, Evilásio. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (Orgs.). **Capitalismo em crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 35-63.

TAUTZ, Carlos et al. **O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro**: um debate necessário. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/O+BNDES+e+a+reorganizacao+do+capitalismo+brasileiro++um+debate+necessario/18086>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

WIZIACK, J.; CRUZ, V.; AMORA, D. Governo quer R\$ 10 bi de fundo do FGTS para evitar rombo no BNDES. **Folha de São Paulo [online]**, 01 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1623478-bndes-precisa-levantar-r-30-bi-para-honrar-desembolsos-deste-ano.shtml>>. Acesso em: 20 abr. 2015.